



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR DA UNIÃO
Procuradoria de Justiça Militar em Belém-PA

Prova para Seleção de Residente Jurídico/2026

Duração: 180 Minutos

Data:24/04/2026

INSTRUÇÕES

- 1.) Esta prova contém 10 página(s), incluindo esta capa, e 30 questões, formando um total de 30 pontos.
- 2.) Transcreva a frase encontrada no final do cartão-resposta em linha cursiva;
- 3.) No cartão-resposta, marque a alternativa considerada correta para cada questão, conforme Figura 1;
- 4.) Será anulada a questão que contiver mais de uma resposta ou rasura;
- 5.) A prova terá duração de 3 horas;
- 6.) O caderno de questões e o cartão de resposta deverão ser preenchidos com caneta esferográfica azul ou preta feita em *material translúcido* e devolvidos ao fiscal ao término da prova;
- 7.) As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, dentre outros materiais.
- 8.) Os aparelhos celulares devem ser guardados em embalagens devidamente identificadas e acomodados na mesa do fiscal, sendo recolhidos no ato da entrega da prova.

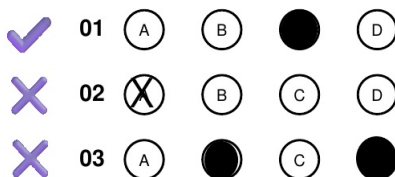


Figura 1: Exemplo de preenchimento

Direito Constitucional.

- 1.) Segundo José Joaquim Gomes Canotilho, classificamos os princípios e regras constitucionais. Nos casos em que explicitam as valorações políticas fundamentais do legislador constituinte, isto é, são definidores da Forma de Estado, da organização econômico-social, estruturantes do regime político, estamos falando de:
- (a) Princípios-garantia.
 - (b) Regras jurídico-organizatórias.
 - (c) Princípios jurídicos fundamentais.
 - (d) Princípios políticos constitucionalmente conformadores.
- 2.) No que diz respeito às ações constitucionais, assinale a opção CORRETA:
- (a) A entidade de classe não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo quando a pretensão interessar apenas a uma parte da respectiva categoria.
 - (b) É cabível habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.
 - (c) É cabível habeas corpus lei que fixe prazo decadencial para impetração de mandado de segurança, por restringir excessivamente o emprego do remédio constitucional.
 - (d) Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- 3.) A Constituição estabelece modelo federativo baseado na autonomia política, administrativa e financeira dos entes federativos, preservando a unidade do Estado por meio de repartição constitucional de competências. Considerando exclusivamente o texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA:
- (a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos dotados de autonomia nos termos da Constituição.
 - (b) Os Estados-membros não possuem competência para auto-organização constitucional, devendo adotar integralmente o modelo organizatório federal.
 - (c) Os Municípios integram a Federação apenas sob o aspecto administrativo, não possuindo autonomia política ou legislativa própria.
 - (d) O Distrito Federal pode subdividir-se em Municípios, desde que autorizada a divisão por meio de lei complementar federal específica.
- 4.) Sobre a Administração Pública na Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar:
- (a) Os cargos em comissão, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
 - (b) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
 - (c) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
 - (d) É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

5.) Analisando os contornos conferidos ao Ministério Público na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, constata-se que tal Instituição:

- I É definida no capítulo reservado às “Funções Essenciais à Justiça”, o que importa dizer que o Ministério Público deverá intervir sempre que for provocada a função jurisdicional;
- II Abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados e tem a indivisibilidade como um de seus princípios institucionais;
- III Não atua em defesa de interesses individuais e tem como incumbência precípua a proteção dos interesses das entidades públicas.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (a) I e II, apenas;
- (b) II, apenas;
- (c) II e III, apenas;
- (d) I e III apenas;

Direito Administrativo.

6.) Considere o cenário hipotético a seguir:

Um gestor emite um ato administrativo vinculado concedendo promoção funcional a um servidor sem a comprovação do requisito legal de tempo mínimo de serviço (vício de legalidade sanável). Após 2 anos, com o servidor já recebendo os benefícios financeiros, a administração superior descobre o erro e, alegando inconveniência administrativa devido a restrições orçamentárias, revoga o ato, exigindo devolução dos valores pagos. O servidor questiona judicialmente, argumentando boa-fé e

direitos adquiridos.

Considerando esse contexto, avalie as afirmativas a seguir sobre anulação, revogação e convalidação.

- I A revogação é o instrumento adequado, pois a administração pode desfazer o ato por motivo de conveniência ou oportunidade, com efeitos *ex nunc* (não retroativos), respeitados direitos adquiridos, sem necessidade de análise de ilegalidade.
- II A anulação é cabível por vício de legalidade, com efeitos *ex tunc* (retroativos), mas limitada pelo prazo decadencial de 5 anos e pela boa-fé do servidor.
- III A convalidação é possível se o vício for sanável e não lesar interesse público ou terceiros, permitindo que a administração supra o defeito (ex.: apresentação tardia do documento), validando o ato desde sua origem e evitando revogação ou anulação.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (a) II, apenas;
- (b) III, apenas;
- (c) II e III, apenas;
- (d) I, apenas;

7.) Julgue os seguintes itens, acerca da responsabilidade civil do Estado:

- I É inaplicável a responsabilidade civil do Estado em virtude de lesão decorrente de ato baseado em lei declarada inconstitucional.
- II Independentemente de a vítima da lesão ser um terceiro não usuário do serviço público, a responsabilidade civil do Estado é objetiva.

- III O permissionário de serviço público responde objetivamente pelas lesões que causar, quando relacionadas à prestação do serviço público.
- IV A teoria do risco administrativo, em que se aquilata o comportamento do Estado em relação à lesão, é admitida no Brasil.

Assinale a opção CORRETA:

- (a) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- (b) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- (c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- (d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

8.) O princípio da motivação dos atos administrativos constitui um dos alicerces do Direito Administrativo, assegurando a imparcialidade e a racionalidade das decisões, bem como facilitando o controle e reforçando a legitimidade dos atos praticados pela Administração Pública.

Considerando o tema da motivação dos atos administrativos, analise as proposições a seguir:

- I Os atos administrativos devem ser devidamente motivados, com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, sempre que imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.
- II A motivação deve ser expressa, clara e coerente, sendo vedado basear-se exclusivamente em fundamentos constantes de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores para integrar o ato.

III Na apreciação de diversos assuntos da mesma espécie, não é permitido utilizar mecanismo padronizado que reproduza automaticamente os fundamentos das decisões, pois tal prática compromete os direitos dos interessados.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (a) I, apenas;
- (b) I e II, apenas;
- (c) I e III, apenas;
- (d) II e III, apenas;

9.) Consórcio público pode ser entendido como um acordo formal estabelecido entre entes federativos para realizar a gestão associada de serviços públicos.

Quando constituído como associação pública, um consórcio público é uma espécie de:

- (a) Empresa pública;
- (b) Autarquia;
- (c) Fundação pública de direito público;
- (d) Fundação pública de direito privado;

10.) Um servidor público de uma repartição pública, na qual esta regularmente lotado, foi designado formalmente para desempenhar funções relacionadas a compras e licitações junto ao departamento de patrimônio, de forma voluntária e consciente, admitiu, para determinada licitação, empresa declarada inidônea.

Considerando esse caso hipotético e de acordo com a Lei nº 14.133/2019 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é CORRETO afirmar que esse

servidor:

- (a) Praticou o crime de fraude em licitação ou contrato.
- (b) Deverá responder pelo cometimento do crime de contratação direta ilegal.
- (c) Poderá ser condenado pelo delito previsto no tipo de contratação inidônea, na modalidade simples.
- (d) Responderá por omissão grave de dado ou de informação.

Direito Penal Comum e Direito Penal Militar.

11.) De acordo com o Código Penal Militar (CPM), assinale a opção que indica os delitos considerados crimes militares em tempos de paz:

- (a) Os crimes praticados por militar da reserva contra civil.
- (b) Os crimes praticados por militar da ativa, em lugar sujeito à administração militar, contra civil.
- (c) Os crimes praticados por militar, em situação de atividade ou assemelhada, contra o patrimônio de instituição não militar.
- (d) Os crimes praticados por civil contra militar da reserva.

12.) Considerando a estrutura do crime adotada Código de Penal (CP) e Código Penal Militar (CPM), assinale a alternativa CORRETA:

- (a) No que toca ao estado de necessidade, o CP adotou a teoria unitária (estado de necessidade justificante) e o CPM adotou a teoria diferenciadora (estado de necessidade justificante e exculpante).

- (b) Ambos os Códigos adotaram a teoria finalista do crime.
- (c) A coação moral pode ser invocada como causa excludente da culpabilidade em todos os crimes do CPM da mesma maneira que em todos os crimes do CP.
- (d) A redação legal que define o tipo de crime culposo é idêntica em ambos os Códigos.

13.) Acerca da desistência voluntária e do arrependimento eficaz no Código Penal (CP) assinale a opção CORRETA:

- (a) Tanto a desistência voluntária quanto o arrependimento eficaz constituem hipóteses de exclusão da ilicitude, pois afastam a antijuridicidade do fato.
- (b) Na desistência voluntária, exige-se arrependimento interno manifestado apenas após a consumação, desde que não haja resultado lesivo.
- (c) No arrependimento eficaz, a interrupção da execução já finalizada se converte em causa de redução obrigatória da pena, desde que o agente impeça, por ato próprio e suficiente, a produção do resultado.
- (d) Quando o agente, podendo prosseguir na execução e alcançar o resultado típico, decide voluntariamente cessar sua conduta antes da consumação, ele não responde pela tentativa, mas apenas pelos atos já praticados, ainda que sua interrupção decorra de avaliação subjetiva sobre a conveniência de seguir ou não na prática delitativa.

14.) Considerando a atualização do Código Penal Militar (CPM) pela Lei 14.688/2023 e comparando o com o Código Penal (CP), assinale a opção CORRETA:

- (a) Os limites de pena para a concessão da suspensão condicional da pena são iguais em ambos os Códigos, sem qualquer distinção quanto a natureza da condenação (reclusão ou detenção).
- (b) O *sursis* (suspensão condicional da pena) humanitário e etário não foram admitidos no CPM.
- (c) O instituto do crime continuado do CPM passou a ter o mesmo tratamento legal do CP.
- (d) A circunstância atenuante da confissão do CPM não exige mais os requisitos da autoria ignorada ou imputada a outrem, igualando-se a confissão do CP.
- 15.)** Sobre o concurso de pessoas no Código Penal (CP) e no Código Penal Militar (CPM) assinale a alternativa CORRETA:
- (a) A cooperação dolosamente distinta é uma exceção à teoria unitária, que foi adotada pelo CP para explicar as responsabilidades dos autores e partícipes.
- (b) A autoria colateral é uma forma de concurso de agentes que se caracteriza pela unidade de desígnios, mas cada autor do fato responderá pelo crime levando-se em conta suas condições pessoais.
- (c) A autoria mediata é uma forma de concurso de pessoas, caracterizada pela unidade de desígnios, e acarreta a punição de ambos os agentes, sendo que o autor imediato responderá pelo crime apenas a título de culpa, se houver previsão de tal espécie de delito.
- (d) Com a Lei 14.688/2023 não existe mais o conceito de cabeça no CPM, encerrando-se a discussão sobre a responsabilidade objetiva ou não de oficiais em crimes autoria coletiva necessária, como motim e revolta.
- 16.)** No que toca ao crime de furto e abandono de posto ambos do Código Penal Militar (CPM) e a jurisprudência do Superior Tribunal Militar (STM), assinale a alternativa CORRETA:
- (a) Conforme jurisprudência do STM, o princípio da insignificância tem aplicação pacífica nos crimes de furto, considerando principalmente o valor da coisa furtada no limite de 1/10 do salário mínimo (artigo 240, §1º, do CPM).
- (b) Conforme jurisprudência do STM, o militar que abandona o posto para a prática do crime de furto de colegas de farda que dormem no alojamento, somente responderá pelo último delito, aplicando-se o princípio da consunção ao caso concreto.
- (c) Conforme jurisprudência do STM, o abandono de posto é um crime material, ou seja, depende do resultado naturalístico da violação efetiva da segurança do quartel, do contrário será enquadrado como transgressão disciplinar.
- (d) Conforme jurisprudência do STM, o furto praticado por militar de cartão de bancário de outro colega de farda configura furto mediante fraude (artigo 240, §6º, inciso II, do CPM), pois a fraude ocorreu no uso posterior do cartão, quando o agente se fez passar pelo titular para ludibriar o sistema de segurança (ou caixas), o que caracteriza a elementar típica da qualificadora.

- 17.) No que toca aos crimes de deserção e insubmissão do Código Penal Militar (CPM) e a jurisprudência do Superior Tribunal Militar (STM), assinale a alternativa CORRETA:
- (a) A prescrição do crime de deserção de ex-militar não captura ou que não se apresentou voluntariamente a Organização Militar de origem segue a regra especial estabelecida no CPM.
 - (b) A proibição legal do benefício da suspensão condicional da pena foi flexibilizada pelo STM, aplicando-se ao réu independente de ter sido licenciado ou não após recebimento da denúncia.
 - (c) A deserção especial prevista no artigo 190 do CPM tem a mesma pena da deserção prevista no artigo 187 do CPM por ser uma deserção instantânea e não estar condicionada ao período de graça.
 - (d) A classificação da deserção como crime permanente ou instantâneo de efeitos permanentes tem importância apenas acadêmica.
- 18.) Considerando a letra da lei e a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal Militar (STM) acerca do crime do artigo 290 do Código Penal Militar (CPM), assinale a alternativa CORRETA:
- (a) Conforme entendimento pacífico do STM, a pequena quantidade de entorpecente permite a aplicação do princípio da insignificância se o militar não está em serviço armado.
 - (b) Conforme entendimento pacífico do STM, o fato de esquecer a droga da mochila e trazê-la para dentro do Quartel torna conduta atípica, por ausência de dolo direto.
 - (c) A redação atual do artigo 290 do CPM permite a distinção entre usuário e traficante de drogas por meio de uma qualificadora no §4º do referido artigo.
 - (d) Quem se apresenta entorpecido em serviço ainda responde que pelo delito de embriaguez em serviço (artigo 202 do CPM) por falha legislativa na atualização do Código pela Lei 14.688/2023.
- 19.) Assinale a alternativa que CORRETA-MENTE contenha um crime militar que possui modalidade culposa:
- (a) Tráfico de influência.
 - (b) Recusa de função na Justiça Militar.
 - (c) Comunicação falsa de crime
 - (d) Inutilização, sonegação ou descamiinho de material probante.
- 20.) Considere a seguinte situação hipotética: um Comandante de Companhia deixa, por indulgência, de responsabilizar seu subordinado que comete infração no exercício do cargo. É CORRETO afirmar que a conduta do referido Comandante:
- (a) Não comete qualquer crime militar, pois agiu por indulgência e o crime de prevaricação exige o dolo.
 - (b) Comete o crime de condescendência criminosa.
 - (c) Comete o crime militar de prevaricação qualificada pela indulgência.
 - (d) Comete o crime de prevaricação, pois agiu por indulgência, caracterizando um sentimento pessoal.

Direito Processual Penal Comum e Direito Processual Penal Militar.

21.) O inquérito policial militar poderá ser dispensado, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério Público:

- I Quando o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas materiais.
- II Nos crimes contra a honra, quando decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor esteja identificado.
- III Por determinação do comandante da pessoa investigada.

Quais estão INCORRETAS?

- (a) Apenas I.
- (b) Apenas III.
- (c) Apenas I e II.
- (d) Apenas II e III.

22.) Considerando o disposto no Código de Processo Penal Militar(CPPM), analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas:

- () O Inquérito Policial Militar(IPM) será encerrado com minucioso relatório, em que o seu encarregado mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato delituoso.
- () A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de IPM.
- () O arquivamento de IPM não obsta a instauração de outro se novas provas aparecerem em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.

A ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (a) V-F-V
- (b) V-V-V
- (c) F-F-F
- (d) F-V-F

23.) Considerando o Código de Processo Penal Militar (CPPM) e o Código de Processo Penal (CPP) e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, considere CORRETA a seguinte alternativa:

- (a) A instauração do Inquérito Policial Militar(IPM) pode ser feita por determinação do Juiz Federal da Justiça Militar no CPPM da mesma maneira que é o Inquérito Policial(IP) pode ser instaurado por determinação da autoridade judiciária no CPP.
- (b) Da mesma maneira que no CPP, o IPM será entregue ao ofendido o qual, poderá apresentar queixa-crime nos crimes em que cabem ação penal privada.
- (c) No CPPM não há casos de ação penal militar condicionada a requisição de Ministro da Justiça.
- (d) O trancamento de IPM ou IP, por via de habeas corpus, é providência excepcional, somente admitida quando evidente a ausência de justa causa, a atipicidade formal ou material da conduta, ou quando já extinta a punibilidade.

24.) Conforme a jurisprudência do Tribunais Superiores e legislação do Código de Processo Penal Militar (CPPM) é CORRETO afirmar:

- (a) O Habeas Corpus 127.900/AM do Supremo Tribunal Federal teve aplicação no procedimento ordinário do CPPM deslocando a qualificação e interrogatório para o final da instrução criminal.

- (b) Na fase do artigo 427 do CPPM não é autorizado ao juiz federal da Justiça Militar determinar diligência para sanar dúvida acerca do processo.
- (c) O assistente acusação no CPPM pode apresentar qualquer recurso.
- (d) Pela redação legal do CPPM, Ministério Público Militar e Defesa podem apresentar o mesmo número de testemunhas.

25.) No procedimento especial de deserção e insubmissão previsto no Código de Processo Penal Militar(CPPM) e conforme a jurisprudência do E. Superior Tribunal Militar(STM) é CORRETO afirmar:

- (a) O procedimento especial não possui fase de alegações escritas, sendo marcado por debates orais após a oitiva de testemunhas e acusado.
- (b) Consumado o delito de deserção de oficial ou de praça com estabilidade, após a captura ou apresentação voluntária, ambos permaneceram na mesma condição de agregado durante toda a instrução processual.
- (c) O período de graça é contado de maneira contínua, mas se o prazo final ocorrer no dia não útil no quartel onde estava lotado o desertor, será prorrogado para o dia seguinte em que houver expediente normal.
- (d) A prisão de sessenta dias do desertor e do insubmisso prevista expressamente no CPPM é reconhecida como legal pela jurisprudência mais recente do STM sendo inclusive sumulada pelo referido Tribunal.

26.) Nos termos do Código de Processo Penal Militar(CPPM) e considerando a sessão de julgamento do procedimento ordinário ali descrito assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O tempo, assim para a acusação como para a defesa, será de quatro horas para cada uma, no máximo.
- (b) A sessão de julgamento, na fase pública, será permanente e não se interromperá por motivo estranho ao processo, salvo moléstia de algum dos juízes, caso em que será transferida para dia designado na ocasião.
- (c) O Conselho de Justiça poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, desde que aquela definição haja sido formulada pelo Ministério Público em alegações escritas e a outra parte tenha tido a oportunidade de respondê-la.
- (d) Se no último dia do trimestre do Conselho Permanente de Justiça, a sessão de julgamento houver sido interrompida, o julgamento será retomado desde o início pelo Conselho Permanente de Justiça do trimestre seguinte.

27.) Em matéria de princípios recursais, consoante a jurisprudência do E. Superior Tribunal Militar(STM) e redação do Código de Processo Penal Militar(CPPM) assinale a opção CORRETA:

- (a) Princípio da Disponibilidade é limitado pelo CPPM quando determina que o Promotor de Justiça Militar não pode desistir do recurso já interposto.
- (b) O princípio da fungibilidade recursal é aplicável a Correição Parcial, conforme jurisprudência majoritária do STM.
- (c) No concurso de agentes, o princípio do efeito extensivo do recurso beneficia o réu não recorrente independente da motivação de quem recorreu.

(d) O princípio da taxatividade impede que se aplique interpretação extensiva e analogia no âmbito de recursos, conforme jurisprudência do STM.

28.) Nos termos do Código de Processo Penal Militar(CPPM), é CORRETO afirmar que caberá apelação da sentença que:

- (a) Definitivamente condenar ou absolver o réu.
- (b) Conceder ou negar a menagem.
- (c) Não receber a denúncia no todo ou em parte, ou seu aditamento.
- (d) Indeferir o pedido de arquivamento, ou a devolução do inquérito à autoridade administrativa.

29.) Acerca da Revisão Criminal do Código de Processo Penal Militar(CPPM) e consoante a jurisprudência do E. Superior Tribunal Militar(STM), assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Não há previsão legal de liminar e por conta disso o STM jamais concedeu uma liminar em sede de revisão criminal.
- (b) A revisão pode ser pedida a qualquer tempo e sendo admissível a sua reiteração independente de novas provas ou fundamentos.
- (c) Em hipótese alguma a revisão criminal poderá agravar a pena imposta pela sentença revista.
- (d) A revisão criminal tem natureza de recurso e não ação autônoma de impugnação, por entendimento da doutrina castrense.

30.) Oficial superior das Forças Armadas, responsável por vultoso processo licitatório visando à aquisição de determinados equipamentos bélicos, recebeu,

para si, diretamente, vantagem indevida consubstanciada na quantia de 500 mil reais, paga por empresário, civil, com a intenção de fraudar o certame, favorecendo a proposta apresentada por sua empresa especificamente.

Oferecida a denúncia pelo Ministério Público Militar, é CORRETO afirmar que:

- (a) O oficial superior, militar, será julgado na Justiça Militar da União, pelo Conselho de Justiça, enquanto o empresário deverá ser julgado pela Justiça Federal, já que é civil, configurando, portanto, em relação a este, hipótese de declínio de competência pelo juiz federal da Justiça Militar;
- (b) Tanto o oficial superior quanto o empresário serão julgados pela Justiça Militar da União; porém, o oficial superior, por ser militar, será julgado pelo Conselho de Justiça, enquanto o empresário, por ser civil, será julgado pelo juiz federal da Justiça Militar, monocraticamente;
- (c) Tanto o oficial superior, militar, quanto o empresário, civil, serão julgados na Justiça Militar da União; ambos pelo Conselho de Justiça, sendo este presidido pelo juiz federal da Justiça Militar;
- (d) Tanto o oficial superior, militar, quanto o empresário, civil, serão julgados na Justiça Militar da União; ambos pelo juiz federal da Justiça Militar, monocraticamente;